

## Genealogia: tradução ou modelo?

Marcio Ferreira da Silva<sup>21</sup>, Carlos Eduardo Ferreira<sup>22</sup> & Álvaro Junio Pereira Franco<sup>23</sup>

Os estudos de parentesco lembram um vulcão em atividade intensa desde as primeiras erupções. Por esta razão, não deixa de ser curioso que um dos autores, cujas ideias mais produziram erupções e fluxos piroclásticos, nas últimas três décadas, tenha sido precisamente aquele que decretou sua extinção. Em uma obra de extraordinário impacto, David Schneider (1984) argumenta que parentesco é uma noção etnocêntrica, blindada com foro privilegiado por gerações e gerações de autores.

Tal blindagem teria afiançado uma relação de dependência entre parentesco e genealogia, apoiada em um pressuposto enganoso: o de que parentesco, em todas as culturas humanas, tem por missão representar, refletir, simbolizar, organizar, etc. relações naturais entre os indivíduos.

O método genealógico, braço armado dos estudos de parentesco, teria consagrado um falso denominador comum pelo qual fenômenos antropológicos incomensuráveis foram especiosamente tomados como sistemas de consanguinidade e afinidade da família humana.

Parentesco, para Schneider, seria mais um *non-subject* da disciplina, uma ilusão como o totemismo e o matriarcado. Lastreado em uma *Doutrina da Unidade Genealógica da Humanidade*, o conceito teria sido um eterno refém da biologia. Da biologia ocidental ou de biologias nativas, pouco importa. Mas sempre da biologia. Consequentemente, o método genealógico teria, ao longo de décadas e décadas de proeminência, cometido péssimas traduções dos “*símbolos e sentidos e configurações de que uma cultura particular consiste*” (1984: 196).

---

21 Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

22 Departamento de Ciência de Computação, Instituto de Matemática e Estatística, Universidade de São Paulo.

23 Departamento de Computação, Centro de Araranguá, Universidade Federal de Santa Catarina.



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

*Traduttore, Traditore!* A espada de Schneider não poupa ninguém e, justiça seja feita, nem mesmo sua própria contribuição anterior aos estudos de parentesco escapa de seu veredito. Ao contrário: a famosa etnografia do *tabinau* em Yap é a primeira a ir para o paredão

Mas antes que todos sejam fuzilados, é justo que levemos o caso a um tribunal de apelação. Em defesa do método genealógico, esta apresentação procura argumentar que (1) o conceito de parentesco não necessariamente depende da pressuposição de uma *Doutrina da Unidade Genealógica da Humanidade* para se definir e que (2) o método genealógico continua sendo uma ferramenta de grande utilidade nos estudos de parentesco, desde que não o tomemos como um *Google translator toolkit*, mas como um artifício de *modelagem*.

Os argumentos em relação ao primeiro ponto podem ser assim resumidos: como ninguém desconhece, a *Doutrina da Unidade Genealógica da Humanidade* convive, há décadas, com outra *Doutrina* do parentesco, que, para manter o estilo de Schneider, passo a denominá-la *Doutrina da Universalidade da Proibição do Incesto*.

Para essa outra *Doutrina*, fundada nos conceitos de reciprocidade, como condição de possibilidade da vida social e de troca, como seu nexos instituinte, parentesco não tem a ver com biologia e com reprodução humana, mas com casamento “*e que proibições, prescrições e preferências matrimoniais não são um non-subject*” (Trecho de carta de Lévi-Strauss a Schneider, em 10 de Fevereiro de 1971, transcrita em McKinley (2001:144)).

Nesse sentido, como assinalam Hamberger e Daillant (2008:13), “[a] *análise dos casamentos é a chave da análise das redes de parentesco. Ainda que a filiação esteja longe de constituir um simples dado, definitivamente estabelecido no nascimento de um indivíduo, a aliança matrimonial corresponde ao lugar principal onde os humanos intervêm para moldar a rede de seus laços genealógicos*”.

Contra a primeira tese da crítica culturalista, a que parentesco é um *non-subject*, essas ponderações nos parecem suficientes.

Contra a segunda tese, a de que o método genealógico é um dispositivo que produz péssimas traduções do parentesco, podemos argumentar o seguinte.

## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Antes de entrar no mérito da questão, se as traduções são boas ou péssimas, devemos nos perguntar se o que o método genealógico produz são necessariamente *traduções* do parentesco. Lições muito conhecidas da linguística estrutural nos levam a suspeitar que não. O que é tradução?

Como Jakobson ([1959] 1995:64) chama a atenção, “o significado de um signo não é mais que sua tradução por outro signo, que lhe pode ser substituído”. Substituição que pode se efetuar no interior de um mesmo código, quando alguém diz, por exemplo, “lousa quer dizer quadro-negro” ou entre códigos linguísticos distintos, quando trocamos a palavra “cat” pela palavra “gato”.

Para o autor, este processo de substituição de signos que denominamos “tradução” pode ocorrer também entre códigos semióticos distintos. Assim, por exemplo, uma narrativa oral pagã russa, conhecida como *A sagração da primavera*, foi traduzida por Botticelli, em signos pictóricos, por Stravinsky, em signos musicais, e por Pina Bausch, em signos coreográficos (Figura 1).

Figura 1: Traduções de Botticelli, Stravinsky e Pina Bausch de uma narrativa mítica.



Tradução, em suma, é *substituição* de signos. Para Jakobson, os diferentes tipos de tradução são modalidades de uma mesma operação semiótica que estabelece relações de sentido entre o que é substituído e o que o substitui.

Em outro texto, retomando as teses de Saussure e Pierce, Jakobson lembra que todo signo implica dois modos de arranjo, seleção e combinação. Uma “*seleção entre termos implica a possibilidade de substituição (tradução) de um por outro, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro*”. Enquanto isso, uma combinação implica um contexto, uma contiguidade, uma vez que “*qualquer unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa*” ([1956] 1995:39-40).

## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

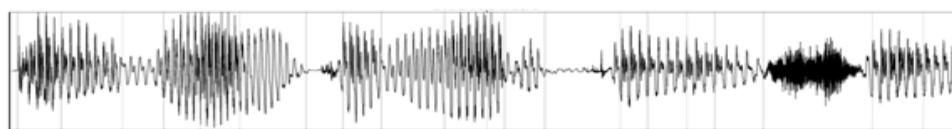
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Os atos de fala são presididos por essas duas operações simultâneas. A primeira, *substituição*, define relações *in absentia* com um dado enunciado, enquanto a segunda, relações *in praesentia*. Com base nessas operações, Jakobson estabelece o sentido moderno de duas figuras da retórica clássica. Diz o autor: “o mais acertado seria talvez falar de processo metafórico no primeiro caso, e de processo metonímico no segundo, de vez que eles encontram sua expressão mais condensada na metáfora e na metonímia respectivamente” ([1956] 1995: 55).

A distinção estabelecida por Jakobson permite, em tese, entender “genealogia” de duas maneiras que não se confundem: como metáfora ou como metonímia de uma rede de relações de parentesco. No primeiro caso, estamos diante de uma tentativa de *tradução* de seu sentido, no segundo, de um exercício de *modelagem* de algumas de suas propriedades.

Analogamente, um enunciado pode ser traduzido por outro, se estivermos interessados em determinar seu significado, ou modelado, se desejarmos nele isolar algumas propriedades formais, o que acontece, por exemplo, em uma transcrição fonética. Neste caso, o sentido do enunciado não está em questão, mas apenas um conjunto de parâmetros formais envolvidos em sua produção. A modelagem fonética produz uma cadeia de elementos discretos, com informações articulatórias, acústicas ou auditivas, que estabelece relações *in praesentia* com um dado contínuo sonoro (Figura 2).

Figura 2: Contínuo sonoro e modelagem do enunciado “El viento norte y el sol”.



[ e l b j e n t o n o r t e j e l s o l ]

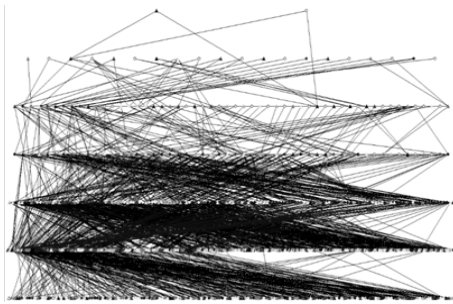
A distinção de Jakobson nos autoriza a dar mais um passo. Uma genealogia e o quadro de Botticelli são objetos que guardam entre si uma semelhança e uma diferença importantes. Semelhança, porque que ambos são *modelos reduzidos* (todo modelo é *reduzido*, por definição). Diferença, porque se situam em lados opostos da distinção de Jakobson, um deles, no polo

## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

metonímico, e outro no polo metafórico. Evocando o paralelismo consagrado por Lévi-Strauss, podemos dizer que um deles é obra de engenharia, e o outro, de bricolagem.

Figura 3: Dois modelos reduzidos: a genealogia enawene-nawe e o quadro de Botticelli.



Diante do quadro de Botticelli, o prazer estético decorreria da percepção das relações *in absentia* implicadas na seleção do artista. Precisamente por isso, podemos entendê-lo como uma redução *metafórica* do mito da Sagração da Primavera. Ou, nos termos de Jakobson, a uma modalidade de *tradução*.

Mas o que poderia resultar se, diante de um dado objeto, procedêssemos não sua redução metafórica, mas sua redução metonímica?

Com propósitos e métodos muito diferentes daqueles de um bricoleur, de um tradutor ou de um artista, os engenheiros também produzem *modelos reduzidos* quando estão, por exemplo, envolvidos na construção de um novo avião, que deve voar em altas altitudes e enfrentar condições atmosféricas extremas. Diante de um desafio tecnológico tão complexo, o método é acionado a fim de assegurar a redução de sua complicação, de modo a tornar possível sua abordagem. Observemos mais de perto este outro tipo de experiência sobre os objetos.

Figura 4: Modelo reduzido de um avião em um túnel de vento.





## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Bem antes de um novo avião ser construído, os engenheiros constroem um modelo para estudar sua resistência ao ar. Este modelo consiste em uma miniatura que guarda apenas duas qualidades do futuro avião, as proporções de sua superfície e a resistência dos materiais. No modelo (Figura 4), são ignorados comandos, motores, janelas, poltronas, cintos de segurança, etc., e tantas outras coisas que não podem faltar em um avião, mas que, neste momento, são irrelevantes. Uma vez modelado, o aviãozinho é inserido em um túnel de vento, que também é uma miniatura do céu ou, para ser exato, das condições do espaço aéreo na velocidade que o futuro “avião de verdade” vai percorrer.

A modelagem genealógica de uma rede de parentesco corresponde a um objeto do mesmo tipo. Em poucas palavras, um exercício de abstração de algumas de suas propriedades, guiado por determinados propósitos. Com esses argumentos, encerro minha discussão com Schneider.

Mas reconheço que isso não encerra os desafios de um exercício de modelagem antropológica de uma rede de parentesco. Ao contrário. Aqui é que os desafios começam.

Devemos partir da premissa de que não há como presumir a existência de uma rede de relações de parentesco, que possa ter algum interesse para a antropologia, que seja *anterior* àquelas definidas por uma dada cultura. São estas redes, portanto, as matérias-primas de qualquer modelagem antropológica.

Em seguida, podemos supor que os casamentos lá efetuados repousem sobre escolhas de alguma forma conscientes, que se manifestam como arranjos de perspectivas egocentradas e parciais da rede.

A modelagem, contudo, produz um objeto sociocentrado. Por esta razão, algumas propriedades do regime de alianças, por ele reveladas, não necessariamente, encontrarão ecos no discurso do observado.

Isto seria uma evidência contrária à possibilidade de existir uma rede genealógica propriamente antropológica?

Certamente, não. Por que não tomá-la como o célebre circuito global do *Kula*, que conecta as ilhas de certo arquipélago da Melanésia? Aquele circuito, como qualquer antropólogo recorda do



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

tempo dos bancos escolares, é invisível aos olhos do *melanésio de tal ou tal ilha* que, apesar de não enxergá-lo, encontra-se incessantemente empenhado em sua construção. *The Kula Ring* seria mais um *non-subject* que a Antropologia teima em colecionar?

É hora de voltar a nosso problema e perguntar: No que exatamente um *corpus* genealógico consiste?

Um *corpus* genealógico é uma bricolagem de acontecimentos biográficos e anedóticos, simultâneos ou sucessivos que, de alguma forma, orientam o modo pelo qual os membros de um dado coletivo concebem suas redes de parentesco. Em suma, uma genealogia conta uma história que ordena um conjunto de micro acontecimentos.

Como toda história, “*estaria condenada a se dissolver se seus termos não pudessem ser pelo menos virtualmente datados*” (Lévi-Strauss [1962] 2008:286). “Datação” talvez não seja uma palavra boa, uma vez que o que importa definir não são propriamente datas, mas a posição relativa dos acontecimentos, uns em relação aos outros, em um eixo temporal (DalPoz; Silva 2010). Uma cronologia, em suma, é o que permite vertebrar um *corpus* genealógico, permitindo a apreensão da relação do antes e do depois.

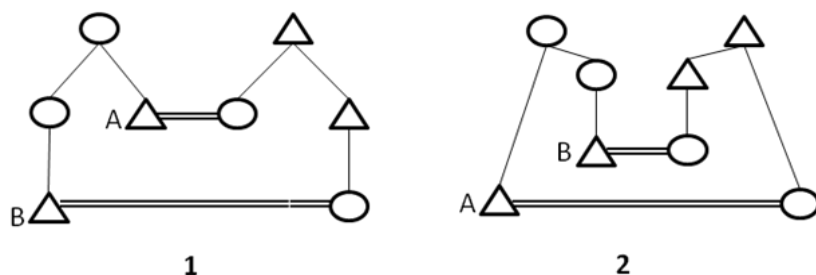
A classe de datas definida por um *corpus* genealógico não é, portanto, uma qualidade acessória do material. Não devemos perder de vista a premissa fundamental da análise das estruturas reticulares do parentesco, segundo a qual:

*“cada casamento é, em parte, condicionado pelos casamentos que o precedem e, por seu turno, contribui para determinação dos casamentos subsequentes. [...] O peso de tal ou tal união anterior na determinação de tal ou tal união subsequente certamente pode ser difícil de precisar. Entretanto, o papel que representa a influência conjugada das alianças passadas na seleção de cônjuges futuros parece inegável”* (Houseman & White 1996: 60).

Nesse sentido, insistimos em um ponto que nos parece ainda negligenciado em algumas propostas de modelagem de redes genealógicas (Silva 2012).

As relações de filiação e casamento, que ao longo do tempo, produzem um anel ou ciclo matrimonial, são entes históricos cujo encadeamento nem sempre é evidente, se levarmos em conta apenas as informações genealógicas *stricto sensu*, se não vejamos.

Figura 5: Duas representações de um mesmo anel ou de dois anéis diferentes.



Os dois objetos da Figura 5 são rigorosamente equivalentes, desde que um deles seja lido em sentido horário e outro em sentido anti-horário. Mas são completamente diferentes se forem lidos no mesmo sentido, já que o da esquerda (1) sugere que o casamento do homem “B” pode ter sido, em parte, condicionado pelo casamento do homem “A”, enquanto o da direita (2) sugere o contrário. No anel da esquerda, um homem (B) se casa com a neta do pai da esposa do tio materno (MMSWFSD); no da direita, um homem (A) se casa com a filha do avô da esposa do sobrinho (MDSWFFD).

Como a senioridade genealógica de um parente colateral não necessariamente implica sua prioridade matrimonial (e senioridade etária), o casamento de um sobrinho (B) pode anteceder ao casamento de seu tio (A). Diante de uma figura circular como são os anéis, por onde então começar a analisá-la? Para que possa ser abordado, a ferramenta computacional deve retificar o anel<sup>24</sup>, isto é, *cortá-lo* no casamento *consequente* (ou mais recente). Em suma, deve levar em conta uma cronologia dos acontecimentos da rede.

Se há, por exemplo, interesse em estudar suas dinâmicas matrimoniais, é possível elaborar um modelo reduzido do *corpus* genealógico, levando-se em conta apenas os vínculos temporais entre os casamentos. Se o interesse se volta aos mecanismos de transmissão de direitos e nomes ou

24 “Retificar um circuito matrimonial” significa transformá-lo em uma reta, em que o primeiro indivíduo está casado com o último.





## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

aos arranjos residenciais, por exemplo, outras seleções devem ser feitas. Mas os vínculos temporais entre os acontecimentos selecionados em uma rede genealógica sempre estarão lá.

A seleção dos parâmetros em qualquer modelagem é parte da análise e não uma dádiva do *corpus*. Como Borges Neto (2004:20) sublinha com ironia, qualquer seleção é arbitrária (no sentido de que é arbitrada pelo analista) uma vez que não é a própria realidade que diz como quer ou deve ser abordada, mas já é resultado de escolhas, premissas, crenças, preferências, etc. de um observador.

A única condição do método é que as qualidades selecionadas na elaboração do modelo estabeleçam relações *in praesentia* com um objeto no mundo (em nosso caso, uma história) que se pretende compreender, explicar.

Com isso, concluímos nossa apresentação, que pode ser resumida em três pontos: (1) o método genealógico produz modelos e não traduções, (2) não há relações em uma rede genealógica, que podem ter algum interesse para a antropologia, anteriores àquelas definidas em uma dada cultura e (3) genealogia é história.

Como história, insistimos, corresponde a uma bricolagem de acontecimentos biográficos e anedóticos, simultâneos ou sucessivos, que mantêm, uns com os outros, relações de correlação e oposição.

Mas se estamos convencidos de que genealogia é história e nada mais, não podemos esquecer o célebre aforismo estruturalista: “a história leva a tudo, mas com a condição de sair dela” (Lévi-Strauss, 1962). Assim, deixemos que a história nos leve. Ainda nos parece prematuro dela sair, embora desde já devêssemos ensaiar tentativas nesta direção.

Mas sem açodamento. O universo de problemas propiciado pela parceria entre antropólogos e cientistas da computação ainda é praticamente inexplorado.

Novos desafios, teóricos e metodológicos, surgem nos horizontes nebulosos dos experimentos que fazemos, incitando a prudência diante de milhares de estranhas figuras que afloram de redes que, a olho nu, julgávamos familiares.

A sensação ao passar os olhos por tabelas gigantescas, de centenas de milhares de linhas, produzidas pelas ferramentas computacionais, não deve ser muito diferente daquela que alguém



## VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

teria ao microscópio, pela primeira vez, observando uma legião de micróbios de cores, formas e mobilidade variadas, em uma gota d'água, onde até então só enxergava água. A única certeza que podemos ter é a de que aqueles entes, invisíveis a olho nu, revelados pelo tratamento informático, estão lá de fato.

Mas a metáfora do microscópio não pode ser levada adiante porque, infelizmente, ao contrário dos usuários do microscópio, que contam com uma sólida ciência microbiológica para lhes socorrer, os antropólogos, diante das varreduras computacionais das redes de parentesco, propiciadas por seus *genealogoscópios*, para usar o neologismo de Schneider (1984:125), não dispõem de nada parecido.

Em suma, as condições de possibilidade de sair da história, em nosso caso, ainda não estão asseguradas. Não dispomos de uma “teoria unificada” do parentesco, capaz de lidar com estruturas elementares, semicomplexas e complexas, em um mesmo plano analítico, e de tratar categorias, normas e práticas, sem pressupor relações de determinação entre esses fenômenos.

Estamos cientes de que a ideia de uma “teoria unificada do parentesco” hoje não é mais que uma miragem quixotesca desencadeada pelo oceano de desafios que temos pela frente. Mas se a “teoria unificada” é miragem, o oceano é real. E se nele não queremos naufragar, não nos parece haver alternativa senão nos mantermos agarrados às duas tábuas, com as quais, se tivermos sorte e habilidade, saberemos construir uma canoa: essas duas tábuas são o conceito antropológico de troca e o conceito matemático de grafo. Com eles, acredito que teremos chance de construir, em parceria, um híbrido interdisciplinar promissor.

### Referências:

Borges Neto, J. 2004. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

Dal Poz, J. & Silva, M.. 2010. Informatizando o Método Genealógico: um guia de referência para a Máquina de Parentesco, *Teoria e Cultura*, v.3, p.63 – 78.

Hamberger, K.; Daillant, I. 2008. L'analyse de réseaux de parenté: concepts et outils. *Annales de Démographie Historique* 2008(2): 13-52.



**VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia**  
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Houseman, M.; White, D. 1996. Structures réticulaires de la pratique matrimoniale. *L'Homme* 139: 59-85.

Jakobson, R. [1956] 1995. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In *Linguística e Comunicação*, São Paulo: Cultrix.

\_\_\_\_\_ [1959] 1995. Aspectos linguísticos da tradução. In *Linguística e Comunicação*, São Paulo: Cultrix.

Lévi-Strauss, C. [1949] 1976. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes.

Lévi-Strauss, C. 1962. *La Pensée Sauvage*. Edição Brasileira, 1976, São Paulo: Companhia Editora Nacional.

McKinley, R. 2001. The Philosophy of Kinship: A Reply to Schneider's *Critique of the Study of Kinship*. In Feinberg, R. & Ottenheimer, M., Eds. *The Cultural Analysis of Kinship: The Legacy of David M. Schneider*. University of Illinois Press, 131-167.

Richard, Ph. 1993. Étude des renchaînements d'alliance. *Mathématiques et Sciences Humaines*, n° 123, 3-35.

Schneider, D. 1984. *A Critique of the Study of kinship*. Ann Arbor. The University of Michigan Press.

Silva, M. 2012. *Liga dos Enawene-Nawe: um estudo da aliança de casamento na Amazônia Meridional*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.